

Diálogo com educadores — Dra. Jaqueline Moll

Jaqueline Moll
Angelo Vitório Cenci^{**}
Telmo Marcon^{***}

A revista Espaço Pedagógico (REP) do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e criatividade (IHCEC) da Universidade de Passo Fundo tem uma seção denominada *Diálogo com Educadores* e, para cada número, há um convite dirigido a um(a) pesquisador(a) afinado com a temática do dossiê. O presente dossiê trata da do direito à educação e os riscos desse direito por conta da expansão da educação domiciliar (homeschooling). Desde que foi criada a seção, inúmeros pesquisadores contribuíram com suas experiências e conhecimentos para enriquecer o próprio dossiê. Nesse contexto, gostaríamos de formular algumas questões sobre o tema do dossiê e as polêmicas que ele gera. Para tanto, nada melhor do que alguém que conhece profundamente as estruturas da educação brasileira e do Ministério da Educação e que vem batalhando há anos em defesa de uma educação integral de qualidade. Vamos conversar com a doutora Jaqueline Moll, nossa convidada, sobre questões de políticas educacionais públicas em confronto com a educação domiciliar.

Recebido em: 01.03.2023 — Aprovado em: 01.03.2023
<https://doi.org/10.5335/rep.v29i3.14384>
ISSN on-line: 2238-0302

* Professora titular da Faculdade de Educação e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da UFRGS e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus Frederico Westphalen. Graduada em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Erechim; Especialização em Alfabetização pela PUC/RS; Especialização em Educação Popular pela Unisinos; Mestrado em Educação pela PUC/RS e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5465-178X>. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com.

** Graduado em Filosofia pela UPF, mestre em Filosofia pela PUC/RS. Doutorado em Filosofia pela Unicamp, pós-doutorado pela Unicamp/Cebrap. Professor e pesquisador junto ao PPGEDU/UPF na linha de Fundamentos da Educação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0541-2197>. E-mail: angelo@upf.br.

*** Graduado em Filosofia e Teologia. Mestre em educação pela Universidade de Passo Fundo, doutor em História Social pela PUC/SP, pós-doutorado pela UFSC. Professor e pesquisador junto ao PPGEDU/UPF na linha de Políticas educacionais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9110-3210>. E-mail: telmomarcon@gmail.com.

REP — Em linhas gerais, como descreverias sua trajetória como educadora-pesquisadora no âmbito do debate educacional brasileiro?

Jaqueline Moll (JM) — Agradeço, em primeiro lugar, o convite para dizer minha palavra nessa revista tão importante para a educação brasileira que vem de uma longa história e de uma longa tradição no debate democrático. Eu, nesse ano de 2023, completo 40 anos de vida na educação pública. Com 18 anos comecei como professora primária. Foi importante recuperar isso no meu memorial para professora titular na URGs onde abordei exatamente o que vou contar aqui agora rapidamente. Eu me torno professora aos 18 anos. Tinha feito várias experiências de pré-estágio, fiz o curso normal, na época de ensino médio, segundo grau. A minha vida como educadora e pesquisadora nasce da perplexidade com a diferença que havia entre a escola privada e a escola pública. Eu tinha estudado e comecei a atuar como professora na educação básica, primeiro ano do ensino fundamental, no segundo ano do ensino fundamental, no terceiro ano do ensino fundamental e, também, trabalhei no quarto ano do ensino fundamental. Tinha experiências variadas e fortes que nasceram da perplexidade frente às condições de vida das crianças na escola privada e as crianças na escola pública. Já no meu estágio no curso normal, mas também nos pré estágios, esse mergulho na realidade da escola pública foi me mostrando que havia ali uma diferença que não era dada pela capacidade das crianças. Anos mais tarde através das leituras de Maria Helena Souza Patto, já fazendo o mestrado, em 1987, vou entender toda essa visão psicologizante, biologizante, que vai culpabilizando as crianças e as famílias de que eles são pessoas com menos capacidade. Ao contrário, eram crianças ávidas por conhecer temas, livros, literatura, mas a limitação do ambiente, dos professores e da vida delas é que impunha um obstáculo quase intransponível. Eu acho importante recuperar isso porque eu vou me fazendo e me tornando professora e pesquisadora pela perplexidade que eu enxergo como normalista, nos pré estágios, nos estágios. Eu vou trabalhar numa escola privada e reacendo todas as minhas memórias. Eu fiz o ensino médio numa escola pública, mas o fundamental eu fiz numa escola católica na minha cidade. Era uma escola de irmãs franciscanas porque eu sou de uma família que tem duas tias que são irmãs franciscanas, uma delas ainda vive em Passo Fundo na comunidade franciscana de Maria Auxiliadora, a irmã Maria Estelita Tonial, mestra de noviças. Eu vim dessa tradição. A minha família fez um grande esforço e eu estudei nessa escola. Então a diferença era muito grande nos materiais, na sala de aula, na formação dos professores, nas relações, bem como, no trato com as pessoas e o desrespeito que eu assistia na escola pública em relação às crianças e o que eu vivia na escola pública era algo que eu jamais

tinha visto. É isto que me faz ser pesquisadora, isto me transformou em pesquisadora e foi me fazendo desenvolver esta perspectiva de pergunta pelos porquês. A ciência nasce das perguntas. Essa realidade não era dada por Deus, pelo infortúnio, pela sorte. Era uma realidade historicamente construída. E o meu curso de pedagogia no Centro de Ensino Superior de Erechim, não era ainda a Universidade Regional Integrada (URI), Erechim, foi muito dialógico. Professores que vinham de uma tradição do materialismo histórico, o estudo das estruturas da sociedade, cheios de porquês. O estudo das estruturas da sociedade e junta com isso toda a militância na juventude, nas pastorais, tudo isso foi desenvolvendo uma perspectiva de perguntas sobre o mundo. A realidade não é, mas, está sendo construída. Eu diria que isso marcou a minha vida como pesquisadora. Daí faço o mestrado e o doutorado (minha dissertação e tese estão publicadas), sempre discutindo a educação pública e a possibilidade de transformação de estruturas não só desfavoráveis, mas estruturas excludentes, seletivas. Isso foi me fazendo pesquisadora e daí está o Lattes com toda a produção desses anos todos e sempre me colocando em vários lugares, como professora da educação básica, como formadora de professores da educação básica, como gestora pública na prefeitura de Porto Alegre e depois no Ministério da Educação de 2005 a 2013, como professora universitária. Enfim, esses diferentes lugares foram me fazendo pesquisadora, exatamente ao encontro com essa realidade tão desigual e a capacidade que vai sendo desenvolvida em mim de não naturalizar, mas de questionar as estruturas.

REP — A educação pública no Brasil tem sido, de um modo geral, muito maltratada. Do seu ponto de vista, quais são as principais razões que obstaculizam a efetivação de uma educação pública de qualidade no país?

JM — Também aqui poderíamos discorrer longamente, mas eu parto daquilo que é o princípio que é a estrutura desigual da nossa sociedade, a estrutura escravocrata. Nós nunca desenvolvemos, como sociedade brasileira, a ideia de que nós somos iguais, de que temos direitos iguais e que o direito a dignidade humana é para todas, todos e todes e, seguramente a educação é uma das políticas fundamentais para a construção de sociedades democráticas que foi embebida dessa matriz. Nós podemos ver isso no fracasso escolar naturalizado no Brasil, as repetências, as multi repetências, as retenções, as exclusões e a evasão que são naturalizadas. Milhares e milhões de meninos e meninas são levados a reprovarem e a repetirem o ano seguinte, quando não ‘evadem’. A evasão não é um ato voluntário. A evasão é resultado de um conjunto de fatores sociais, internos e externos à escola. Então eu diria que o grande elemento de fundo que obstaculiza a

efetivação de uma educação pública de qualidade é essa estrutura de sociedade, essa sociedade que nós não conseguimos modificar.

Nós avançamos, avançamos no direito à educação, mas não avançamos naquilo que está posto em nossa Constituição como o primeiro princípio da educação brasileira que são as condições de igualdade para acesso e permanência na escola. Aquilo que eu me referi na questão anterior está presente hoje. É ir para uma escola de periferia, embora tenha avançado muito e as redes municipais avançaram muito, as escolas que atendem as classes populares, trabalhadoras e pobres, não recebem do ponto de vista da sua trajetória educativa, formativa, as mesmas condições que os filhos das classes médias e altas recebem no Brasil. Aliás, há um fosso entre a escola pública e a escola privada e a reforma do ensino médio mostra isso: a tentativa de manter essa dualidade, essa diferença profunda. No entanto, do ponto de vista das razões que obstaculizam para além desse panorama de fundo que se a gente não aborda, não avança, nós podemos falar de outros elementos importantes.

A descontinuidade das políticas de educação é outro problema. Não somos capazes de avaliar para avançar. Os governos sempre recomeçam, ignorando, desmontando, destruindo. Claro que nós tivemos um período distópico nesses últimos quatro anos (2019-2022) que foram terríveis. Eu acho que é uma exceção. Nem o regime militar que foi também um período terrível da história do Brasil foi tão violento contra a educação pública quanto os últimos quatro anos, mas, na história da educação brasileira as descontinuidades são profundas. A questão do financiamento é outro obstáculo porque no Brasil é preciso reconstruir a rede física ampliando sua perspectiva. Não é possível que a gente siga no século XXI achando que dá para fazer educação pública numa escolinha com algumas salas, sem biblioteca, sem laboratórios de ciência, sem salas de artes, sem espaços de esportes. Então, a questão do financiamento é outro ponto crucial. Claro que todas as dimensões dialogam entre si.

A questão da formação de professores é outra questão seríssima porque ela exige esta relação orgânica com as práticas, com o cotidiano, com as escolas. Tivemos algumas experiências no Pibid, algumas experiências na residência pedagógica, mas ainda temos uma relação muito vertical da Universidade com as escolas e com a educação básica. A educação básica ainda é vista como um espaço em que outros pensem para que os que estão na escola apliquem. Essa é uma visão vertical, de algum modo iluminista, onde alguém pensa e os outros executam e isso vai aparecer no *modus operandi* das políticas. Não tem como mudar as escolas desde dentro dos gabinetes. A experiência ampla que fizemos com o *Mais Educação* mostrou a vitalidade quando essa relação é orgânica, quando as escolas participam, fazem escolhas, se auto-organizam, chamam a

comunidade e se abrem para essa perspectiva contemporânea, para esse novo paradigma. Eu tenho falado em novo paradigma que é a construção de territórios educadores e por aí vai. Acho que de um modo geral é isso.

REP — Do seu ponto de vista que razões justificam a expansão do ideário em defesa da educação domiciliar e que setores estão à frente desse projeto no Brasil?

JM — Penso que é a mesma matriz conservadora e, no limite, reacionária, que embebeu a sociedade brasileira nos últimos anos. A negação de que nós precisamos aprender a viver juntos, a negação da perspectiva de que os direitos são para todos, de que nós somos todos iguais. A negação de tudo isso é a matriz dessa ideia de que os filhos devem ser educados no âmbito estrito dos valores internos das famílias. O que eu diria é que é o princípio da destruição da nossa própria possibilidade de viver em sociedade, com a diversidade que caracteriza as sociedades. As sociedades ocidentais são muito marcadas por perseguições profundas, violentas a tudo aquilo que não corresponde ao ideário normativo. Nós somos sociedades abastecidas por uma visão branca, masculina, cristã, católica, até mais estrito agora. Então, são essas as matrizes de pensamento que tenta afastar os meninos e meninas entre si. Eu vivi uma situação muito séria no Conselho Estadual de Educação entre 2014 e 2018. Eu estive lá e fui surpreendida quando numa situação específica uma outra colega conselheira disse que não dava para misturar os filhos dos pobres com os filhos dos ricos. Esse pensamento está muito presente dentro de nós. E a educação domiciliar vai mais fundo: não dá nem para misturar eles entre si; nem os pobres entre si e nem os ricos entre si. Portanto, uma sociedade segregada. Então, as razões que justificam a expansão desse ideário têm a ver com essa perspectiva não democrática e que no último domingo (08.01.2023) tomou proporções nunca vistas no Brasil. Não sei se outro país viveu a destruição que nós vivemos. A destruição física, material, daquilo que representa o poder instituído, os três poderes que são a base da república. É por aí.

REP — Que valores efetivamente mobilizam famílias a acreditarem que a educação domiciliar vai resolver os problemas educacionais?

JM — A própria negação da educação pública, a negação da possibilidade que as pessoas convivam com as suas diversidades. É o desejo de manter um purismo. Isso me leva ao próprio ideário do nazismo. Como é que você mantém ‘pura’ essa sociedade. Isso é absoluta ilusão. Quanto mais as estruturas societárias voltam-se para si mesmas e

se fecham para as convivências, menos oxigenação elas têm. Quanto menos diversidade, até geneticamente isso pode ser pensado, as famílias reais tendo filhos entre primos, vai ter problemas. Evidente que não se transpõe isso para o tecido social, mas grosso modo se pode dizer que se as pessoas só conviverem entre si, elas vão ser incapazes de produzir qualquer tipo de empatia com o que é diferente delas. Então acho que tem mais do que resolver problemas educacionais porque esse ideário não surge nas classes populares. Claro que isso vai sendo disseminado quando assusta as pessoas. A escola passa a ser vista como lugar de perigo ideológico e sexual. Evidente que há problemas na escola, mas quanto mais público e quanto mais profissionais estiverem com as crianças, quanto mais elas conviverem entre si, desenvolvendo valores e possibilidades de viverem juntos, menos problemas a gente vai ter. Então esse ideário segregador é baseado numa ideia de purismo. As crianças não serão contaminadas por ideologias, visões diferentes das famílias. Aí entra todo esse debate sobre ideologia de gênero, que tem a ver com a incapacidade de conviver com a diferença. Jamais em nenhum documento do Ministério da Educação, em nenhuma prática do MEC nos anos que estive lá e daquilo que estudo da educação brasileira, jamais se induziu as pessoas a essa ou aquela opção sexual, jamais, jamais. A escola é um lugar de convivência democrática. Para mim no âmago dessas razões está a incapacidade de viver uma experiência democrática.

REP — Na sua avaliação como as religiões, particularmente as neopentecostais, interferem nos discursos em defesa da família e da educação domiciliar?

JM — Eu sempre que penso nisso, nessa varredura que a sociedade brasileira vai vivendo, me remeto aos anos de 1980, ao fim da teologia da libertação, a perseguição às comunidades eclesiais de base, a punição que Leonardo Boff recebe do recém falecido, cardeal Ratzinger, depois papa Bento XVI, ex-papa, papa emérito. É importante observar o quanto essas religiões constroem um ideário antidemocrático. Eu não conheço em profundidade as teorias que embasam o neopentecostalismo, embora na especialização em educação popular que fiz na Unisinos em 1987 e 1988 estudamos com José Ivo Follmann que é Jesuíta, estudamos um pouco dessas religiões, mas eu não tenho um conhecimento mais profundo para uma resposta mais robusta. O que eu entendo das reflexões a partir das práticas dessas religiões é a perspectiva antidemocrática, perspectiva acusatória em relação à escola pública, a perspectiva de heteronormatividade, de normatividade sobre os padrões de comportamento das pessoas em relação ao vestir, os cabelos, as práticas diárias. Creio que há uma relação muito direta de um *modus operandi* antidemocrático com esse ideário religioso que começa a aparecer nas famílias.

Mas famílias de classe popular não têm efetivas condições de ficar com seus filhos em casa. Acho que a pandemia da Covid-19 foi uma escola, inclusive nesse sentido. A pandemia demonstra que é necessário que as crianças convivam entre si. O atraso cognitivo que as crianças brasileiras foram submetidas é um atraso que se aprofunda, que não é biológico, mas é exatamente a falta de ambiência com as coisas da escola, com as coisas da aprendizagem que vai apontar para nós que o caminho necessário é de que as crianças vivam juntas. Os pobres precisam trabalhar. Se as famílias de classe média e média alta podem ficar com seus filhos, que não acredito que possam, e a pandemia mostrou isso, as famílias de classe popular que estão nesse circuito de religiões neopentecostais não tem condições de ficar com seus filhos em casa. Não tem porque trabalham todo dia e, lógico, sabemos que precisa de um saber especializado para que possamos avançar nas agendas educacionais e nas capacidades dessas crianças não só viverem juntas num mundo com muitos desafios mas de se prepararem para a vida democrática, cidadania e o mundo do trabalho.

REP — Como explicar as contradições existentes no Brasil entre uma concepção de educação cidadã e democrática, presente nas legislações pós-Constituição de 1988 – sobretudo as formuladas até 2016 – e a visão de educação domiciliar?

JM — Acho que essa resposta foi sendo desenvolvida nas outras questões. Essa questão tem a ver com o problema estrutural da sociedade brasileira que tem a ver com a matriz escravocrata, a forma como a colonização se deu desde 1500 e como as colonialidades perpetuaram e perpetuam esse *modus operandi* de uma sociedade calcada nas desigualdades. O convencimento sobre a educação domiciliar corresponde, para quem consegue ter um olhar macro, a perspectiva de que cada família dê para seus filhos o *stricto* capital cultural com o qual convive. Não só as visões de mundo, mas os saberes específicos que as famílias são capazes. Pensem numa tragédia dessas numa sociedade em que milhões de jovens e adultos não concluíram sequer o ensino fundamental, nem falo do médio.

REP — Em sua avaliação quais os principais limites da educação domiciliar?

JM — Aqui é importante fazer uma distinção. A Constituição é clara: a educação é dever do Estado e das famílias. As famílias têm um papel muito importante na articulação com a escola, na presença na escola, no acompanhamento de seus filhos. É lógico que se os pais são analfabetos ou pouco escolarizados isso afeta essa relação. Os pais tem

um papel fundamental na construção de valores, enfim, todos nós temos como referência nossos pais. Eu quando penso no meu pai, que há 30 anos não está conosco, eu penso na honestidade, na organização, no jeito de ser, no hábito de tomar chimarrão com ele. Foi com ele que aprendi a tomar chimarrão. Isso me acompanha, me constitui. Então, uma coisa é o papel das famílias, que é fundamental porque nós nos construímos a partir dessa relação. Quanto a psicanálise e a psiquiatria nos ajudam a entender os problemas decorrentes da desestruturação nessas relações entre pais e filhos, famílias, irmãos. Então, uma coisa é o papel que a família cumpre, mas outra coisa é a educação domiciliar que restringe as possibilidades de interações pedagógicas e curriculares em relação àquilo que o ambiente familiar é capaz de dar. Os limites da educação domiciliar são muitos, sendo o principal deles, a incapacidade de preparar as crianças para a vida em sociedade, para a vida democrática em sociedade, para os valores da vida em sociedade, ou seja, a capacidade para resolver problemas e de estabelecer diálogo com aqueles que são diferentes, a incapacidade de ajudar as crianças a perceberem as riquezas do mundo cultural, étnica, estética. Então são muitos os limites.

REP — Quais os principais riscos da educação domiciliar, caso os projetos dessa natureza sejam aprovados em diferentes esferas (municipal, estadual e federal)?

JM — Eu tenho grande esperança que os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) sejam definidores dessa perspectiva. Acho que não se pode no âmbito municipal ou estadual legislações que afrontem posições do STF que é, de qualquer modo, guardião da nossa constituição. Eu penso que a retomada da democracia, a retomada de um ambiente de diálogo, de convivência, o fim das exortações diárias ao conflito que nós vivemos com o ex-presidente nos últimos quatro anos, ajude a trazer luz para essa questão, embora eu tenha falado antes do iluminismo, acho que ele não pode existir como parte do método da gestão das políticas públicas, mas há questões que trazem luz sobre outras, aí usei em outro sentido isso. Acredito que vá arrefecendo esse ânimo de uma educação domiciliar que era mantida viva e acesa por uma perspectiva antidemocrática de vida em sociedade. Mas, caso avançar, os riscos são muitos e ameaçam a própria democracia, quer dizer, necessitaríamos viver em grupos segregados e entre grupos que não se colocam entre si.

REP — Do seu ponto de vista, qual deveria ser o papel da escola no contexto brasileiro atual?

JM — A escola no contexto atual e histórico tem como papel e função constituir um lugar e possibilidades de vivermos juntos. Nós temos a constituição de 1988 que é clara em relação ao pleno desenvolvimento da pessoa. O papel da escola é de ajudar a nos desenvolvermos no âmbito das nossas diferentes dimensões. A dimensão cognitiva que, infelizmente, está muito reduzida na escola, reduzida a uma perspectiva instrucional de alguns conteúdos. Retomar a perspectiva do desenvolvimento cognitivo, ético, estético, moral e político no sentido profundo de vida na polis, como repeti antes, a capacidade de vivermos juntos. A escola é a nossa primeira república. Os franceses tem essa referência. A escola é a primeira república, a primeira experiência de vida em comunidade. A gente sai da vida da família. Imagina na educação domiciliar você não sai nunca da vida da família. Esse é o risco. A escola é o lugar onde aprendemos a viver juntos e nela aprendemos a desenvolver as condições para entrar no mundo do trabalho com altivez para resolver problemas da vida cotidiana, entender o mundo onde vivemos, para conhecer as matrizes históricas da nossa civilização, para conhecer e desfrutar as belezas do mundo, as obras de arte, para valorizar a cultura popular. A escola é o lugar dessa construção. A nossa constituição define como objetivo da educação o desenvolvimento pleno da pessoa e da cidadania, assim como, a preparação para o mundo do trabalho. É disso que se trata. O trabalho nos humaniza, mas não o trabalho repetitivo e sim o trabalho que possa criar, o trabalho em que possamos nos construir como pessoas. E ele sempre vai se dar num ambiente de diversidade. É por isso que a educação domiciliar impacta exatamente nos grandes objetivos da educação nacional. Eu não posso desenvolver cidadania se eu só convivo com os meus. Eu desenvolvo cidadania nessa convivência cidadã com os outros.

REP — Como recolocar ou ressituar a questão da educação integral frente ao desmonte educacional levado adiante por Michel Temer e pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro?

JM — É uma pergunta super relevante. Quando o governo Lula começa se reorganizar, a andar, apesar dos episódios do último domingo (08.01.2023) com um golpe na tentativa de destituir o Estado Democrático de Direito, tudo isso nos impacta e impacta a administração federal, mas eu diria que ressituar ou recolocar a educação integral implica em retomar as experiências que vinham sendo construídas e que não começaram agora. Eu tenho insistido que sejam retomados os ideários, desde o Manifesto dos Pioneiros da educação nova (1932) que já marca na educação brasileira a perspectiva democrática porque ali nós tínhamos conservadores, liberais e progressistas e que vai

passar pela obra de Anísio Teixeira, assassinado pela ditadura militar, em 1971. Anísio Teixeira vai propor as escolas classe, as escolas parques, com toda uma perspectiva humanista, urbanística. Situemos Anísio Teixeira nas lutas democráticas tanto antes do Estado Novo (1937-1945) quanto antes da ditadura militar de 1964. Ele é uma figura muito importante. Paulo Freire é o patrono da educação brasileira e Anísio Teixeira haverá de ser patrono da escola pública brasileira porque ele vai dar essa grande contribuição. Ele pensa uma escola grande com dia letivo completo e currículo integral. Tem gente aí que acha que ampliando o tempo na escola e fazendo as mesmas coisas é educação integral, mas não é. Trabalhamos com esse binômio trazido por Anísio Teixeira: o dia letivo completo e o currículo integral. Então, retomar as experiências históricas e aqui coloco também Darcy Ribeiro com os Centros integrados de educação pública; Maria Nilde Mascelani com os ginásios vocacionais; Paulo Freire com a ideia dos *Círculos de Cultura* que são fundamentais. Para uma educação integral a leitura do mundo precede a leitura da palavra. É disso que nós estamos falando. Isso constitui estruturalmente a educação integral. E as experiências recentes: o *Programa Mais Educação* que foi uma ação indutora muito importante, entendida por alguns hoje como uma política indutora, inclusive vai fazer uma meta no Plano Nacional de Educação. Então, é preciso retomar essas matrizes, fazer um mapeamento do que está sendo feito no Brasil hoje, tem muitas experiências Brasil afora. Em todos os estados tem escolas com muita riqueza pedagógica e é preciso retomar o diálogo com as comunidades. Nós não mudaremos as escolas públicas desde dentro das Universidades e nem de dentro dos gabinetes das secretarias ou dos ministérios. É preciso que os gabinetes e as Universidades se abram para essa riqueza que é a vida nas escolas brasileiras. Enfrentamos mazelas e problemas porque as escolas seguem reproduzindo o próprio discurso de patologização da pobreza e de naturalização do fracasso escolar. Construir uma educação integral implica em pensar uma escola que vive e se constrói e que incida exatamente na construção de uma sociedade democrática, uma escola que se faz para uma sociedade democrática, com consciência de quanto a sua ação é determinante para o jeito de como a sociedade se organiza. Então, manter uma escola excludente e seletiva retroalimmente uma sociedade excludente e seletiva. É preciso que a escola nos ajude a construir essas respostas juntos, juntas.